

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2002

### I – ACÇÃO SINDICAL

O SNESup manteve em 2002 uma intensa e diversificada actividade sindical, que adiante se procurará caracterizar.

#### A – ESTRATÉGIA ASSENTE NA DEFESA DO EMPREGO DOCENTE

A acção sindical durante o ano de 2002 foi marcada basicamente pelos objectivos de *defesa do emprego docente* e de *consolidação dos vínculos laborais*, apostando o SNESup numa forte presença junto dos órgãos de poder, na comunicação social e junto das instituições e dos docentes do ensino superior como forma de fazer passar as mensagens relacionadas com esses objectivos.

Desde modo, ainda sob o XIV Governo Constitucional, transformado em governo de gestão, o nosso Sindicato propôs medidas urgentes de defesa do emprego docente, e veio, antes das eleições promover a afixação nas escolas de um cartaz “Pela defesa do emprego docente, pelo reajustamento salarial que nos é devido”.

Como é conhecido, o referido governo de gestão aprovou medidas legislativas inovadoras noutros sectores, mas não tomou qualquer medida no ensino superior.

Realizámos durante este período contactos com o PSD, o CDS/ PP e o BE.

Com a entrada em funções do XV Governo Constitucional

- marcámos a nossa posição junto do recém criado Ministério da Ciência e do Ensino Superior, da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura e da generalidade dos Deputados;

- pedimos ao Provedor de Justiça que suscitasse a declaração de inconstitucionalidade por omissão da inexistência de legislação sobre *subsídio de desemprego para o ensino*

*superior público*, levando à reactivação de processo aberto em 1994 relativo a toda a função pública, com Acórdão do Tribunal Constitucional ainda em 2002

A propósito da apresentação da Proposta de Lei de Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior, o SNESup chamou a atenção para os mesmos problemas, denunciando a falta de preocupação da lei com a *qualidade laboral*, tanto no ensino superior público como no ensino superior particular e cooperativo. Em relação a este último assumiu particular gravidade a revogação da Lei de Ordenação e Ordenamento, que obrigava expressamente ao cumprimento da legislação de trabalho pelas respectivas instituições.

O SNESup interveio também a propósito

- da fixação dos orçamentos das instituições para 2003, com riscos em termos de emprego docente e de qualidade de ensino;
- do afastamento ou tentativa de afastamento de docentes da Universidade dos Açores, da Escola Superior de Educação de Beja e da Escola Superior de Educação da Guarda.

Todas as iniciativas descritas tiveram um eco bastante alargado junto da comunicação social.

Tivemos, entre a tomada de posse do XV Governo Constitucional e o final do ano, duas reuniões com o MCES e contactos com o PSD, PS, CDS/PP e PCP.

O site do SNESup, a Revista, e as *mailing lists* Ensino Superior e Rede de Delegados (com redifusão posterior de mensagens pelos delegados sindicais do SNESup para as Intranets das respectivas Escolas) foram igualmente instrumentos importantes de denúncia de situações ocorridas e de prevenção de outras

A preocupação do SNESup com a precariedade laboral influenciou igualmente a redefinição de prioridades por parte de outras organizações sindicais, o que se tem por positivo.

O SNESup e, alguns dias depois, a FENPROF, publicaram requerimentos-tipo para reivindicação da criação de lugares de quadro.

Todavia, só o SNESup teve intervenção no terreno denunciando casos concretos e lutando em concreto pela renovação de contratos.

Foi dada especial atenção ao reconhecimento das qualificações obtidas no ensino superior politécnico, com entrega ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior de um abaixo-assinado subscrito por associados e não-associados.

## B – REVISÃO DO POSICIONAMENTO FACE AOS PROCESSOS NEGOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

---

No início da sua existência o SNESup procurou reivindicar a abertura de negociações junto do Ministério das Finanças, no entanto este remeteu-o para o Ministério “do sector”, na altura o Ministério da Educação, com o qual só vieram a existir negociações formais a partir do XIII Governo Constitucional.

Em casos pontuais, vieram a realizar-se contactos com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, enquanto Ministério de tutela da Escola Náutica Infante Dom Henrique, e com a Secretaria de Estado da Segurança Social.

Todavia, a realização de contactos com os Ministérios das Finanças – ou, quando autónomo, com o Ministério responsável pela Administração Pública – nas vertentes laboral e fiscal, e com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Ministério da Segurança Social e do Trabalho, nunca encontraram receptividade a nível dos responsáveis governamentais

Rejeitado pelo XIII Governo Constitucional um pedido de participação nos Conselhos Consultivos da Caixa Geral de Aposentações e da ADSE, o SNESup viu-se arredado igualmente das mesas negociais que contribuíram para a reformulação, no mesmo período, da legislação geral da função pública, perdendo-se a oportunidade de acautelar situações específicas ou, pelo contrário, de alargar novos direitos aos corpos especiais de docentes universitários, do politécnico e de investigadores.

A exclusão do SNESup deste domínio de intervenção revela-se negativa sob dois pontos de vista

- por um lado, diplomas como o dos supranumerários, o da revisão do Estatuto da Aposentação, o da actualização salarial anual, o da eventual revisão do regime geral da progressão salarial não são enviados ao SNESup para negociação;
- por outro lado as frentes sindicais que normalmente negociam com o Ministério das Finanças não incluem na sua agenda negocial pontos que consideramos fundamentais,

tais como a revisão do regime de contratos administrativos de provimento e o alargamento do subsídio de desemprego.

Para romper esse bloqueio, o SNESup, durante o ano de 2002,

- formulou à Secretaria de Estado da Administração Pública vários pedidos de abertura de negociações;
- pediu a declaração de inconstitucionalidade do diploma dos supranumerários, por falta de negociação;
- emitiu pré-aviso próprio para a greve de 14 de Novembro;
- conseguiu obter resposta, embora negativa da Secretaria de Estado da Administração Pública aos pedidos de abertura de negociações depois de ter recorrido à via judicial, como largamente publicitou.

Do mesmo modo, e por existir a percepção de que algumas das associações sindicais que pertencem ao “clube de interlocutores habituais” do Ministério das Finanças – Frente Comum, FESAP e STE - não veriam com bons olhos a participação de um quarto interlocutor, o SNESup formulou várias propostas de reunião e acção conjunta de todas as estruturas sindicais, com sorte diversa:

- o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE/UGT) envia-nos alguma da sua documentação;
- o SINTAP, estrutura líder da FESAP /UGT, onde também têm assento o SINDEP e a FNE, mantém um intercâmbio regular de informações e pontos de vista com o SNESup;
- a Frente Comum / CGTP, onde tem assento a FENPROF, não dá qualquer resposta.

Aparentemente o sector do ensino superior da FENPROF vem sendo considerado como entidade de tutela do SNESup, reagindo a propostas de reunião do SNESup com o seu Secretário-Geral, ou a iniciativas de contacto do SNESup com estruturas na função pública, tendo chegado a escrever-nos que, como estamos na PRC nos deveríamos apenas relacionar com a Frente Comum através da FENPROF e com a FESAP através do SINDEP.

Como sindicato independente, não podemos partilhar esse entendimento, e não podemos deixar de registar que, apesar da presença formal de sindicatos de professores, a Frente Comum e a FESAP são pouco sensíveis a problemas específicos do sector da educação. É imprescindível que o SNESup seja admitido às negociações gerais da função pública.

O SNESup teve durante o ano de 2002 uma persistente intervenção em relação ao Instituto Camões, protagonizada pelos respectivos delegados sindicais, Francisco Espada e Paula de Lemos, que teve assinalável e persistente repercussão mediática e

parlamentar, e que passou por um Encontro de Leitores realizado em Lisboa no mês de Julho. Em causa, praticamente todos os aspectos da política do Instituto Camões em relação aos seus leitores, assistentes e formadores – vínculos, remunerações, concursos, ausência de um Estatuto do Leitor. Constante, a recusa de negociar ou até de receber o SNESup por parte dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e dos Presidentes do Instituto Camões que se sucederam durante o ano.

## C – GREVES

A segunda parte do ano de 2002 caracterizou-se por um conjunto de greves determinadas

- pela contestação do projecto de Código do Trabalho e da aprovação de nova Lei de Bases da Segurança Social;
- pelo protesto contra a recusa de negociações na função pública, quanto a aspectos como o diploma dos supranumerários, a alteração do Estatuto da Aposentação, a fixação das remunerações relativas a 2003;
- pela modificação do regime de gestão dos serviços de saúde.

O SNESup procurou convencer as outras organizações sindicais docentes cujo âmbito abrange o ensino superior das vantagens da marcação de uma greve conjunta autónoma para o ensino superior, objectivo que se malogrou por as outras organizações estarem comprometidas com as estratégias próprias da CGTP e da UGT. Optou-se pela marcação de uma greve do ensino superior com palavras de ordem próprias para 30 de Outubro, decidida e executada em 8 dias, com intenso recurso ao correio electrónico, e cuja efectividade e visibilidade se procurou assegurar tanto quanto possível, a partir de intervenções quer do Porto, quer das principais Secções Sindicais do SNESup em Lisboa (FCSH e ISCTE). Aceitou-se deliberadamente a coincidência com a greve marcada pela FENROF, favorecendo alguma cooperação na preparação e divulgação dos resultados da greve, no entanto não deixou de se assistir a um aproveitamento por parte desta organização e a uma perda de visibilidade devido à realização, nesse mesmo dia, de manifestações da CGTP.

O SNESup viria a emitir um pré-aviso de greve em 14 de Novembro, coincidente com os da Frente Comum, FESAP e STE, centrado o do SNESup nos pedidos de negociação pendentes e na reafirmação das palavras de ordem da greve anterior, deixando embora a sua utilização ao critério das suas secções sindicais, e adoptou igualmente uma postura de liberdade de adesão, com forte campanha quanto ao projecto de Código do Trabalho, em relação à greve geral convocada pela CGTP para 11 de Dezembro. Saudando a combatividade dos colegas que fizeram as três greves, devemos chamar a atenção para que as diferenças de estratégia das centrais sindicais contribuíram de alguma forma para

que não se definissem claramente objectivos e calendários de luta. Mantivemos o nosso site e a nossa Revista abertos às posições de ambas as centrais e realizámos contactos com os seus secretários-gerais. Não deixaremos, em jeito de balanço, de dizer que a atenuação de um ou outro aspecto negativo do Código do Trabalho pelo entendimento alcançado em sede de concertação social é insuficiente, a greve da função pública constituiu um protesto impressionante mas sem sequência, e a pressão que tentámos criar para a negociação no ensino superior veio a diluir-se com o prosseguimento das greves.

Cabe anotar ainda que foi emitido pré-aviso de greve de solidariedade com a greve do sector da saúde de 19 de Julho, restrito às Escolas Superiores de Enfermagem Maria Fernanda Resende, em Lisboa, e de Angra do Heroísmo, a pedido das respectivas secções sindicais.

## D – REVITALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O número de novas inscrições no SNESup foi em 2002, de 319, embora a captação de novos sindicalizados se tenha feito essencialmente através do site e da Revista., sem campanha formal de sindicalização.

Registaram-se 50 pedidos de desvinculação.

Prosseguiu durante dois mil e dois o esforço de revitalização da organização de base do SNESup, com realização de

- encontros da Direcção com os associados na U. Minho, em Viana do Castelo, na UTAD, na Madeira, em Santarém, na Guarda e na Covilhã;

- eleição de comissões sindicais na U. Minho, ICH e I. Ciências, na U. Açores – Ponta Delgada, ES Agrária de Coimbra, E. S. Agrária de Bragança, ESE da Guarda, ESE de Beja, U. Lusíada - Lisboa, U. Moderna – Setúbal.

O Conselho Nacional retomou as suas reuniões regulares, tendo –se realizado 5 reuniões – em 12 de Janeiro (Lisboa), 6 de Abril (Lisboa), 25 de Maio (Coimbra), 12 de Outubro (Porto) e 14 de Dezembro (Coimbra).

Realizou-se no Porto uma reunião específica de delegados sindicais de escolas superiores de enfermagem.

Precedido por um Encontro sobre Nova Legislação do Ensino Superior realizado em Aveiro em 21 de Setembro, foi convocado e teve lugar em Coimbra, em 22 e 23 de Novembro, o II Congresso do SNESup, que debateu diversos temas relacionados com o

ensino superior e aprovou uma proposta de revisão dos Estatutos do SNESup, tendo igualmente recomendado à Direcção a realização de uma campanha de sindicalização.

A circunstância de se ter realizado em plena vaga de greves prejudicou de algum modo a atenção a esta realização, que visou também repor a normalidade estatutária, uma vez que o II Congresso se deveria ter realizado em 1996 com vista à revisão ordinária dos Estatutos.

## V- PRESENÇA EM INICIATIVAS

O SNESup esteve presente

- na Feira Didáctica da EXPONOR;
- na 4ª Conferência Internacional da Federação Europeia de Professores de Enfermagem (FINE), realizada no Funchal;
- no Encontro da ARIPESE realizado na Guarda.

## II - COLABORAÇÕES PROFISSIONAIS

O nível de actividade mantido durante o ano e as exigências qualitativas de que se revestiu colocaram à prova as colaborações de carácter profissional a que o SNESup recorreu:

### A – SECRETARIADO CENTRAL E DELEGAÇÕES

Foi constante a pressão sobre os serviços centrais confrontados com uma grande multiplicação de tarefas no domínio dos efectivos existentes e no domínio informático e das comunicações, com limitações herdadas da sua instalação em 1998, sendo de salientar o sacrifício e grau de profissionalismo dos funcionários da sede nacional.

O trabalho de reformatização, a cargo da empresa Planeta Virtual, caracterizou-se por um deficiente levantamento de situação, e por uma lentidão na concretização das soluções propostas, que só recentemente estão a entrar em fase de exploração. Ainda não se dispõe, por exemplo, da produção de cartões de associado por via informática, que havíamos anunciado para Abril findo.

Durante o ano, a reflexão feita sobre o assunto, levou a definir uma estratégia de utilização de recursos em que as três sedes do SNESup – a instalação da sede de Coimbra, embora só concretizada no ano seguinte, foi decidida em 2002 – colaborariam

na gestão de dados, na organização de expedições e na actualização do *site*, minimizando a tendência para a sobrecarga dos funcionários de Lisboa e para a subutilização dos funcionários do Porto e de Coimbra.

A necessidade de reforçar a segurança e de reduzir custos nas comunicações levou à decisão, no final do ano, de implementar um sistema ADSL, a cargo da KPNQUEST, que já assegurava o apoio ao site e o suporte das *mailing lists*.

O número das *mailing lists* foi elevado de dois – *Infodebate* e *Rede de Delegados* – para quatro – acrescentando às anteriores as novas *Ensino Superior* e *Informação aos Associados*, sem qualquer acréscimo de custos. Na actualização dos endereços incluídos está todavia implícito um trabalho de recolha de dados muito importante que exigiu o recurso a prestações de serviços sem carácter de continuidade.

A assistência ao sistema informático é feita pela empresa Novarga.

A partir de 2003 serão autonomizadas no Orçamento e nas Contas as despesas com informática.

## B – ASSESSORIA DE IMAGEM

A Assessoria de Imagem, assegurada pela empresa ETNO, assente num Plano de Comunicação previamente discutido com o SNESup obteve resultados muito significativos em termos de relacionamento com a comunicação social.

O tempo de antena da RTP, de novo requerido, e, ao contrário de 2000, concretizado, teve de ser produzido com apoio especializado, mas teve igualmente apoio da assessoria de imagem.

## C – APOIO EDITORIAL

Posto de parte a hipótese de apoio da empresa Manchete, que manifestou pouco empenhamento na sua relação com o SNESup, o apoio às edições do Sindicato – basicamente, em 2002, os números 2 a 7 de *Ensino Superior - Revista do SNESup*, foi assegurado pela Editora Bom Porto.

Deve-se notar que ao contrário do que sucede com outras Revistas em que a Bom Porto aparece como editora, o planeamento de cada número e a redacção dos textos, é exclusivamente feito pela Direcção da Revista.

No fim de 2002 encontrava-se em discussão a necessidade de reformular o relacionamento com esta Editora, clarificando as obrigações mútuas, sobretudo em termos de prazos, e as soluções gráficas da Revista, e dando maior grau de estabilidade às condições de prestação de serviço.



## D – APOIO JURÍDICO

O apoio jurídico foi assegurado durante o ano por um quadro de colaboradores que acabou por se revelar sobredimensionado.

Consagra o Regulamento de Organização Financeira normas especiais para o recrutamento de colaboradores para os quadros ou para situações contratuais cuja vigência ultrapasse o mandato da Direcção.

Encontrámos, aquando do nosso exercício de funções duas situações de colaboração jurídica que, enquadradas durante anos em contratos de avença, haviam sido escassos meses antes reenquadradas, do ponto de vista fiscal e da segurança social, a nosso ver contrariando o Regulamento de Organização Financeira, como de trabalho dependente

- a do Sr. Dr. Norberto Severino – com um contrato escrito em que se distinguiu entre apoio jurídico – a exercer no escritório, na sede de Lisboa e no apoio às delegações negociais – e, com remuneração independente, representação forense do Sindicato e dos seus associados;

- a da Sra. Dra Paula Policarpo – com um contrato como advogada vigente desde 1998 e com uma minuta de um contrato escrito que alegadamente havia sido acordado com a anterior Direcção em fins de 2000 mas não estava por ela assinado.

Dispensámos em Outubro de 2001 a colaboração do Dr. Norberto Severino na representação forense do Sindicato e dos seus associados, com efeitos a partir de Janeiro de 2002 e promovemos a transmissão para outros advogados dos processos em que nos disse estar a assegurar a representação forense de associados.

Sabemos hoje que três associados haviam, no primeiro semestre de 2001, enviado ao Sindicato documentação e procurações no sentido de o advogado em causa colocar em Tribunal recursos em matéria de inversões salariais, pedidos esses de cuja existência e situação não foi dado conta à Direcção eleita no fim deste período.

O apoio jurídico que o Dr. Norberto Severino continuaria a prestar ao Sindicato, através de informações jurídicas, foi-nos chegando sempre com grande desfasamento em relação aos pedidos, tendo-nos finalmente apercebido de que este advogado só utilizava para pesquisas de legislação e redacção de peças jurídicas, contra o estipulado no seu contrato, o tempo passado no SNESup e os equipamentos deste, gozando todos os feriados e protestando sempre que se verificava qualquer falha de meios.

Pedido ao referido colaborador, em fins de Outubro, que passasse a utilizar o seu escritório e a cumprir integralmente as cláusulas do seu contrato, negou-se este a produzir as peças que lhe haviam sido encomendas – pedido de declaração de inconstitucionalidade das alterações ao Estatuto da Aposentação e elaboração do articulado correspondente à proposta negocial do SNESup, cessando aí de facto a sua colaboração.

A agressividade verbal de que o Dr. Norberto Severino foi dando mostras, a pretensão de se fazer recontratar para substituição da Dra. Paula Policarpo que qualificámos na altura como parecendo configurar uma tentativa de angariar trabalho (ver adiante) e as alusões à sua “antiguidade” como “trabalhador” do SNESup, levam-nos a acreditar na possibilidade de futuros litígios judiciais, para os quais tem sido feita provisão adequada, já reflectida nas Contas de 2002.

Mantivemos, e passámos a escrito as novas condições contratuais da Dra. Paula Policarpo, que de novo se identificou no contrato como advogada, fazendo-lhe plena confiança no seu trabalho corrente de informação jurídica aos associados e à Direcção.

Fomos surpreendidos em Julho de 2002 pela informação, dada pela própria, de que iria ser suspensa da Ordem dos Advogados devido a queixa apresentada por um associado, e pela pretensão, confirmada pelo próprio, de fazer contratar o Dr. Norberto Severino para funções de representação forense por aquele advogado ser “o único” que lhe merecia confiança para a substituir nos processos que tinha entre mãos, isto em detrimento dos advogados já contratados pelo Sindicato.

Esta atitude, cujas motivações na altura não compreendemos, não nos impediu de escrever à Ordem dando conta do agrado que o seu desempenho suscitava na generalidade dos utentes do apoio jurídico, e da existência de vários processos ganhos em tribunais superiores.

Sabemos hoje, por admissão da própria, por carta que nos chegou em 19 de Fevereiro de 2003 – só depois de sobre o assunto dispormos já de informação da Ordem dos Advogados, ainda em segredo de justiça – que a Dra. Paula Policarpo nunca foi advogada, mas apenas estagiária de advocacia, circunstância cujas consequências para o Sindicato e para os associados que representou está ainda em avaliação.

Nestas circunstâncias o Sindicato acabou por suportar durante a maior parte do segundo semestre, não só as retribuições dos Drs. Norberto Severino e Paula Policarpo, cujos serviço foram utilizados em condições que do nosso ponto de vista ficaram àquem das contratualmente estipuladas, mas também as decorrentes de contratos de duas equipas de advogados de Lisboa, coordenadas respectivamente pelos Drs. José António Covas e Braga da Costa (esta última com suporte numa Sociedade de Advogados), para além de no Porto, se ter mantido a colaboração do Dr. José Martins.

## E – CONTABILISTAS

A colaboração da empresa Videofone, que trabalha com o Sindicato desde o início, tem sido bastante apreciada, tornando-se todavia necessário melhorar a classificação das despesas realizadas, o que se conta conseguir através de uma melhor articulação Direcção-serviços-contabilistas e de formação adequada dos nossos funcionários, cuja integridade pessoal e idoneidade profissional devemos realçar.

As contas anexas reflectem ainda limitações e contém, desnecessariamente, despesas realizadas em 2001 e que não foram consideradas no encerramento do respectivo exercício.

### III – GESTÃO FINANCEIRA

Torna-se importante situar a gestão financeira realizada em 2002 não só no contexto da acção sindical como no da evolução dos instrumentos de previsão e controlo e no das receitas e despesas.

#### A – INSTRUMENTOS DE PREVISÃO E CONTROLO.

O nosso Sindicato tem beneficiado, ultrapassados os primeiros anos de vida, de uma situação financeira desafogada, que de 1998 a 2000 se caracterizou mesmo por “lucros” avultados, que chegaram a atingir 50 % dos proveitos de quotas.

É claro que existem diferenças entre “receitas arrecadadas” e “proveitos”, e entre “despesas pagas” e “custos” e que o período posterior a 1996 conheceu movimentos ligados à compra e venda de instalações na Av. Guerra Junqueiro, que não chegaram a ser utilizadas e à compra e realização de obras nas actuais instalações da Avenida Cinco de Outubro, cujo custo contabilístico se reparte por vários anos por via do mecanismo das amortizações.

No fundamental, todavia, é possível dizer que o Sindicato beneficiou sempre de um “cash-flow” muito elevado, na medida em que a sua receita se baseia em descontos automáticos nos vencimentos e que, mesmo sem grande esforço de sindicalização, a receita de quotas tem crescido quer com a actualização anual dos vencimentos dos associados, quer com o efeito de mudança de escalão, quer sobretudo, no período de 1996 a 1999, com o efeito do acordo salarial a 4 anos celebrado com o Ministério da Educação.

Neste contexto, a única preocupação de gestão, durante muito tempo, foi encontrar aplicações rentáveis para as disponibilidades existentes nos bancos.

Esta situação desafogada levou a que

- se não elaborassem orçamentos, apesar do que se previa, desde 1990, no Regulamento de Organização Financeira;

- as contas fossem elaboradas e apresentadas quase com um ano de atraso sobre o fim do período, sem que daí resultassem constrangimentos para a gestão corrente;
- se não acompanhasse com carácter sistemático a situação de associados perante o Sindicato.

O não-acompanhamento da situação implica que não se accionem tempestivamente procedimentos de recuperação ou de exclusão dos associados dos direitos sociais e dos benefícios a que deixam de ter direito, ou seja, mantém-se a despesa sem que entre a receita que serviria de contrapartida. Também se acumularam dívidas provenientes do não-reembolso das despesas com seguros de saúde – ex-módulo II – adiantadas pelo Sindicato.

De notar que mesmo no plano não-financeiro, os Estatutos não admitem a organização administrativa dos cadernos eleitorais com base no pagamento de quotas, que aliás não é exigível em determinadas situações deles decorrentes. É necessário que previamente a Direcção delibere a suspensão de direitos que carece de ser fundamentada e comunicada ao interessado.

A situação em matéria de instrumentos de controlo melhorou em 2002

- por se terem mantido os procedimentos de autorização de despesa e passagem de cheques instituídos no segundo semestre de 2001
- por se ter aprovado, em reunião do Conselho Nacional realizado no dia 14 de Dezembro de 2002, a revisão do Regulamento de Organização Financeira.

No entanto

- não foi elaborado orçamento para 2002;
- o atraso da reformatização do sindicato diferiu para o fim do ano o início do acompanhamento sistemático da situação dos associados.

## B – EVOLUÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS

A gestão financeira do Sindicato em 2002 foi influenciada, tal como em 2001, por um aumento de encargos derivado do esforço de obtenção de maior visibilidade externa para a existência do Sindicato e para os objectivos por este prosseguidos.

Reflectindo esta orientação verifica-se que apesar do aumento significativo do valor da quotização, a que acresceram alguns rendimentos de aplicações e o início dos pagamentos da dívida da Espaço 60, conforme regime prestacional autorizado pela reunião do Conselho Nacional de 12 de Outubro de 2002, os resultados, que já haviam decrescido assinalavelmente em 2001, foram negativos em 2002.

Valores retirados dos Exercícios desde o ano 1990 a 2002

(valores em contos)

Anos	Proveitos (totais)	Custos (totais)	Resultados (do exercício)	Proveitos (só quotas)	Result./Quotas (%)
1990	13528	8710	4818	13310	36,20%
1991	20584	17478	3106	20187	15,39%
1992	25488	21535	3953	25134	15,73%
1993	31633	24778	6855	31080	22,06%
1994	37354	27237	10117	36504	27,71%
1995	43560	32615	10945	41978	26,07%
1996	52030	43617	8413	50496	16,66%
1997	59342	42158	17184	57852	29,70%
1998	82977	50949	32028	63478	50,46%
1999	76184	41477	34707	71314	48,67%
2000	93057	60026	33031	88984	37,12%
2001	102524	86832	15692	99874	15,71%
2002	112198	116150	(4022)	108659	(3,70%)
Totais ..	750459	573562	176827	7088500	24,95%

O Sindicato não está adstrito a nenhuma obrigação estatutária de equilíbrio orçamental ou a um qualquer Pacto de Estabilidade e, num contexto em que a redução do volume de emprego docente e o congelamento dos salários nominais dos associados poderão provocar dificuldades em termos de número de efectivos, terá de actuar em contraciclo, esforçar-se por manter os seus níveis de visibilidade e de influência.

No entanto, a haver défices, estes deverão ser assumidos e planeados, o que não sucedeu em 2002, em que o resultado gerado não foi enquadrado por qualquer orçamento.

Importa referir que influíram no resultado verificado:

- os custos de comunicações imputáveis ao deficiente funcionamento do sistema informático (situação já solucionada em 2003);

- os custos de impressão e distribuição do nº 2 de Ensino Superior – Revista do SNESup, por se ter feito, tal como sucedeu com o nº 1, uma tiragem promocional de 18 000 exemplares acima dos 6500 que correspondem à “velocidade de cruzeiro” da Revista;

- os custos de envio por correio prioritário de parte da edição do nº 5 da Revista (dada a aproximação do mês de Agosto) e da parte da edição do nº 6 (para os distritos do Porto, Aveiro e Coimbra, com vista à difusão do Encontro de 21 de Setembro);

- a dupla incidência do IVA sobre os custos da expedição como correio editorial da Bom Porto (situação já solucionada em 2003);

- o sobredimensionamento do quadro de colaboradores do apoio jurídico

Esta situação, já atrás descrita, só parcialmente ficará aliviada com a saída dos Drs. Norberto Severino e Paula Policarpo, uma vez que se torna necessário dispor de um colaborador especialmente pelo atendimento jurídico corrente.

#### C- BREVE REFERÊNCIA AO ORÇAMENTO PARA 2003

Conforme orientação aprovada pela reunião do Conselho Nacional de 14 de Dezembro de 2002, o orçamento do Sindicato para 2003 baseia-se numa previsão de receita igual a doze vezes o valor das quotas arrecadadas no mês de Dezembro - 552 773 euros – sem qualquer actualização uma vez que se consumou a não actualização das remunerações da generalidade dos associados.

Este valor de referência do mês de Dezembro está subavaliado, uma vez que diz apenas respeito a quotas arrecadadas e acompanhadas por listagens enviadas pelos serviços das instituições onde os associados exercem funções. Em relação a algumas das instituições, chegaram as importâncias descontadas, mas não a sua justificação. A extrapolação para 2003 sofre também de subavaliação.

#### D – PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DE REAVALIAÇÃO DE ACTIVOS.

Os resultados negativos apurados em 2002 deverão ser absorvidos, em termos de balanço, por uma redução do Fundo de Reserva.

O Fundo de Reserva será contabilisticamente reforçado pela reavaliação da fracção autónoma em que está instalada a sede nacional do Sindicato, aplicando-se os coeficientes anuais de reavaliação.

31.03.2003

